

OS USOS E AS APROPRIAÇÕES DAS TICS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM REGIÕES DO SUL DO BRASIL

Cidonea Machado Deponti¹

Ângela Cristina Trevisan Felippi²

Mizael Dornelles³

Resumo

O artigo faz a aproximação entre duas pesquisas que investigam o uso e as apropriações das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na agricultura familiar, com destaque para a nova mídia (computador, celular e internet). O recorte espacial é duas regiões de Rio Grande do Sul, a Microrregião de Santa Cruz do Sul e a região do COREDE Vale do Caí. Ambas as pesquisas desenvolvem-se a partir do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e, embora com propostas distintas, preocupam-se com os processos de inclusão digital das populações rurais. Encontram relação nos resultados preliminares, que identificam os usos predominantes das TICs para o lazer das famílias da agricultura familiar em detrimento dos fins relacionados à atividade produtiva, bem como apontam para uma apropriação ainda parcial dessas tecnologias. As investigações têm caráter qualitativo, fazendo uso de vários procedimentos técnicos de coleta e análise de dados.

Palavras-chave: Tecnologias da informação e comunicação; rural; agricultura familiar; consumo; apropriações.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Email: cidonea@unisc.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Líder do grupo de pesquisa no CNPq Desenvolvimento regional e processos socioculturais. E-mail: angelafe@unisc.br.

³ Geógrafo e Mestrando no PPGDR/UNISC. E-mail: geomiza@yahoo.com.br.

1. Introdução

O recente desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação (TICs)⁴, em certa medida, facilitou o acesso à informação e ao conhecimento, tanto na escala mundial, como em escalas circunscritas a países ou regiões. Nas últimas duas a três décadas, em especial as novas mídias – telefone celular e computador -, ganharam cada vez mais destaque, ampliando usuários, serviços e conteúdo oferecido, inclusive em países periféricos, como o Brasil. E não mais correspondem a redes verticalizadas como as mídias tradicionais, cujos conteúdos partem de grandes centros urbanos, onde se concentra sua produção, gestão e capital do setor. No entanto, no caso brasileiro, mesmo em relação às novas mídias, o meio rural ainda apresenta muita dificuldade em acessá-las. Por outro lado, não é possível desassociar o rural do uso das TICs, uma vez que se tratam de ferramentas importantes no acesso à informação e ao conhecimento, tanto para a gestão da produção agropecuária e demais atividades realizadas nesse espaço, quanto para a formação dos sujeitos e sua inclusão na sociedade contemporânea. Mas o uso e a apropriação das TICs por famílias de agricultores familiares ainda é bastante limitado, causando o que autores chamam de “brecha digital”, na relação do espaço urbano com o rural.

Neste sentido, o texto que segue procura discutir a convergência das pesquisas “Mulheres e sua interação cotidiana com tecnologias de comunicação: o caso das jovens e adultas relacionadas à cadeia agroindustrial do tabaco⁵” e “O uso e a apropriação de tecnologias de inovação e de comunicação (TICs) pela agricultura familiar no Vale do Caí⁶”

⁴ TICs são as tecnologias de informação, compreendidas como também de comunicação, uma vez que mediam as relações comunicacionais entre as pessoas. Refere-se especialmente às tecnologias surgidas com a revolução digital do final do século XX.

⁵ Embora o título indique um recorte de gênero e de toda a cadeia produtiva do tabaco, as excursões a campo revelaram um horizonte mais rico na investigação das famílias dos agricultores familiares que produzem tabaco. Devido à forte relação com o tabaco a pesquisa situa-se na Microrregião de Santa Cruz do Sul. Este pesquisa está articulado ao projeto PQ-CNPq – “Os estudos de práticas relacionadas à mídia e a exploração biográfica” (2014-2018) e “Mulheres e suas interações cotidianas com tecnologias de comunicação: o caso de jovens e adultas relacionadas à cadeia agroindustrial do tabaco” (2013-2017) e é financiada pela CAPES/CNPq. A pesquisa é integrada por pesquisadores e estudantes do PPGDR-UNISC e PPGCOM-PUCRS.

⁶ Os resultados apresentados referem-se a um Projeto Piloto realizado na cidade de Montenegro, Rio Grande do Sul, Brasil, envolvendo o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e três cursos do Campus de Montenegro (Administração, Contábeis, Sistemas de Informação), também da UNISC, em parceria com a EMATER/RS-ASCAR e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do referido município. Para a realização das atividades de pesquisa e/ou extensão contou-se com o apoio da UNISC e da FAPERGS, sendo que as atividades iniciaram com o Projeto Piloto “Desenvolvimento Rural e TICs” realizadas durante o período de julho de 2012 a dezembro de 2014, no qual os resultados da pesquisa são apresentados no presente artigo. Atualmente o projeto foi aprovado no Edital Universal do MCTI/CNPq e suas atividades foram ampliadas para o Vale do Caí.

com vistas a problematizar os usos e as apropriações das TICs no espaço rural. A primeira pesquisa tem o objetivo de 'explorar o estudo de práticas relacionadas à mídia, privilegiando os atores efetivamente envolvidos em suas atividades empíricas' no caso, famílias de agricultores familiares do tabaco. Já a segunda pesquisa procura 'analisar as possibilidades de introdução de tecnologias de informação e de comunicação (TICs) para a agricultura familiar no Vale do Caí, visando o desenvolvimento regional'.

Procuramos avançar nas discussões preconizadas pelas pesquisas com o objetivo, neste texto, de promover a discussão acerca dos usos e das apropriações das TICs por agricultores familiares em distintas regiões do Rio grande do Sul. Para tanto, inicialmente realizamos um resgate da inserção das TICs no campo brasileiro. Na sequência pontuamos como entendemos a agricultura familiar e destacamos sua marcante presença na Microrregião de Santa Cruz do Sul e na região do COREDE do Vale do Caí. E num terceiro momento, a partir dos resultados preliminares das pesquisas em comum, discutimos elementos relevantes dos usos e apropriações das TICs pelos agricultores familiares.

2. A inserção das TICs no campo brasileiro

O ingresso das populações rurais brasileiras no mercado de consumo de bens culturais - e entre eles as tecnologias de informação e de comunicação (TICs) – deu-se com intensidade na segunda metade do século XX. Vários fatores contribuíram para tal, entre os quais se destacam o processo de modernização do campo e o desenvolvimento das indústrias culturais no país. É no final dos anos 1940 que o governo brasileiro, assim como boa parte dos latino-americanos, adotou o padrão técnico de agricultura “moderna”, proposto pelos países centrais. Na esteira desse processo, a população rural se inseriu no mercado de consumo, tanto dos bens e dos insumos agrícolas, como dos bens culturais, uma vez que a modernização exigia o acesso ao conhecimento e à informação.

No caso da oferta de bens culturais e simbólicos, as indústrias culturais também têm um marco de desenvolvimento no Brasil a partir dos anos 1940. Para Ortiz (1995), pode-se considerar essa década como o início de uma sociedade de massa, com a consolidação do país como urbano-industrial, formando um mercado de consumo, especialmente com a expansão do operariado e da classe média urbana. O rádio já tinha exuberância, porém se expande e se interioriza no período; ocorre o crescimento do número e da tiragem dos jornais e das revistas; tem-se a entrada do cinema americano, o surgimento dos estúdios nacionais (Atlântida e Vera Cruz) e a abertura das grandes salas de exibição; organiza-se a

indústria da publicidade e ocorre a flexibilização da legislação vigente; e Chateaubriand traz a televisão, símbolo de modernidade e marco do crescimento dos investimentos empresariais no setor⁷.

Valendo-se desse contexto, dentro do projeto modernizador do campo, governo e iniciativa privada - indústrias de insumos agrícolas, sistema de crédito -, introduzem no país os serviços de informação agrícola. Representados por produtos comunicacionais específicos para a difusão de informações técnicas sobre agropecuária, educação rural e de saúde (cartilhas, programas de rádio, filmes, folhetos, boletins, jornais, etc) foram criados e difundidos com muita intensidade entre os anos 1940 e 1970⁸. Bordenave (1995) traz levantamento da produção de 350 filmes pelo Serviço de Informações Agrícolas (SIA), do governo federal, nos anos 1940 e 1950, assim como um noticiário diário distribuído às rádios e aos jornais de todo país, e até a existência de uma emissora própria, a Rádio Rural.

Com a crise do processo de modernização, a partir dos anos 1960, a difusão agrícola também passa por revisões e as alternativas caminham para uma comunicação com as populações rurais de caráter participativo, à luz dos estudos de Paulo Freire. Surge a comunicação rural, que na formulação de Bordenave (1985, p. 7) é “um conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca, existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural”.

Mesmo com a retração do modelo de difusão de informação, a oferta de bens comunicacionais a um mercado consumidor localizado no rural já haviam sido criados. Nos anos 1970, o Brasil já tem indústrias culturais consolidadas e a televisão começa a se expandir para o interior, com a infraestrutura montada pelo governo militar com vistas à integração nacional a partir das telecomunicações. A mídia comercial já estabeleceu alguns padrões de conteúdo para as populações rurais, que se dividia – assim como até hoje -

⁷ A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR - registrou a existência, em 1958, de 192 matutinos e 76 vespertinos no Brasil, sendo 150 do interior, e cerca de 1000 jornais não diários, a maioria editada no interior. O registro de revistas, em 1959, apontava para a existência de 400, a maior parte editada nas capitais. Vinte eram especializadas em agricultura. Já havia, em 1956, 481 emissoras de rádio, sendo 391 no interior e, em 1957, o número chegava a 525, com 428 delas no interior. O número de aparelhos de rádio era estimado em quatro milhões e havia 15 estações de televisão, em 1956 (SILVEIRA, 1991).

⁸ Há registro de produções governamentais e de informações agrícolas na imprensa desde o início do século XX, no entanto, uma produção sistemática principalmente por parte do poder público e a constituição do segmento ‘rural’ nos meios de comunicação de massa privados ocorrem a partir da metade do século XX.

entre informativo (enfoque econômico/agropecuário) e de entretenimento (enfoque musical ou cultural/folclórico), com predominância do primeiro.

Assim, em termos de produção comunicacional e midiática, o rural tem sido abordado pela sua dimensão produtiva, uma vez que as informações que predominam são relacionadas à agropecuária. A mídia pouco mostra o rural como um espaço de vida, na sua complexidade. Somada a esta característica, vem a da menor oferta de conteúdos específicos para o rural na relação com o que é produzido para (e sobre) o urbano. Com audiência, anunciantes, mídias e tecnologias se concentrando nas (grandes e médias) cidades, o rural esteve e continua estando aquém no acesso às mídias, às tecnologias de comunicação e informação e aos conteúdos. Por fim, outra característica decorrente das primeiras, é a de que nos espaços de informação (telejornais, suplementos agrícolas, revistas especializadas), predominam os discursos emitidos pelo Estado, pelos órgãos públicos ou privados de pesquisa e pelas empresas de insumos do setor agropecuário. Ao menos nas mídias tradicionais, as populações rurais são ouvidas nas notícias normalmente para referendar esses discursos. E nos espaços de entretenimento, predomina uma produção que, mesmo segmentada, é atravessada pelo seu caráter massivo e popular, constantemente criando e reforçando estereótipos acerca do rural e de suas populações como apelo à audiência⁹.

Nas duas últimas décadas, a emergência das novas mídias (computador e celular) tem atingido o espaço rural, seja por meio de aquisição individual dos aparatos tecnológicos ou através das políticas públicas do Estado ou da iniciativa privada¹⁰. Mesmo que numa cronologia distinta da que cumpre em grandes centros e em camadas mais abastadas da sociedade, as famílias da agricultura familiar, objeto deste artigo, estão tendo acesso às recentes ofertas em tecnologia da informação e comunicação, tratando-se especificamente aqui do celular e do computador com internet (e seus 'correlatos', como *smartphones* e *PCs*, *notebooks*, *netbook*, *ultrabooks*, *tablets* etc). Os dados não são precisos¹¹, mas o que é fato

⁹ Podemos incluir aí desde os programas de auditório do rádio e da televisão, musicais e de humor, e usar a apresentação da figura do caipira como exemplo da estereotipização. Excetuam-se da maioria os programas audiovisuais e impressos realizados quase sempre por mídias públicas, comunitárias ou por realizadores independentes. Exemplos atuais em audiovisual seriam os programas *Viola minha viola* e *Sr. Brasil* (TV Cultura-SP).

¹⁰ Como exemplo temos a estratégia de uma das grandes empresas do setor de tabaco que financiou PCs e notebooks para agricultores integrados numa parceria com o setor público (BERWANGER, 2011).

¹¹ No caso do celular, por exemplo, as operadoras nacionais informam cobertura em localidades que não dispõem de sinal de telefonia satisfatório. Os dados da internet são pulverizados entre distintos fornecedores do sinal, alguns locais, e difíceis de mapear.

é que celular, computador e internet estão avançando no campo brasileiro e alterando as rotinas comunicacionais e de vida dessas populações, marcando novas relações na aquisição de informações, na sociabilidade e no acesso ao conhecimento, um tanto distintas das construídas com as mídias tradicionais, dado o potencial de interatividade e uso individualizado que carregam, o que será discutido posteriormente neste artigo.

3. A agricultura familiar na Microrregião de Santa Cruz do Sul e na região do COREDE Vale do Caí

No Brasil, a expressão agricultura familiar ganhou projeção nacional no final dos anos 1980 e, principalmente, a partir da primeira metade da década de 1990. O debate, inicialmente, concentrou-se no campo político e, posteriormente, acadêmico. (SCHNEIDER, 1999). Se comparado a Europa e aos Estados Unidos, o debate sobre agricultura familiar no Brasil está atrasado. No entanto, na América Latina, o Brasil é o país onde este debate tem gerado muitas discussões e, até mesmo, controvérsias. A própria utilização do termo agricultura familiar não é um consenso entre os autores que estudam o tema, tais como Wanderley (1995; 2003), Tedesco (1999), Graziano da Silva (1999), Bruno Jean (1994), Neves (1995), Schneider (2003), dentre outros. Contudo acredita-se estar se tratando de uma mesma categoria social.

Desta forma, verifica-se que a compreensão da agricultura familiar como uma categoria social, não permite a construção de uma Teoria Social, mas sim de uma perspectiva e/ou abordagem teórica que busca a compreensão da realidade e à medida que se aproxima da realidade torna-se mais forte e preponderante (DEPONTI, 2008).

A agricultura familiar sofreu um processo heterogêneo de diferenciação, adaptando-se aos novos contextos e revestindo-se de suas raízes e tradições. No entanto, o lugar da agricultura na sociedade contemporânea ainda está em construção, necessitando permanentemente de reconhecimento da sociedade e do Estado, além de políticas públicas que assegurem sua reprodução, valorização e manutenção de seu patrimônio sociocultural. Ademais, também é necessário o reconhecimento do mundo rural não só pelas atividades produtivas convencionais, mas pela produção de serviços e de bens não agrícolas.

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional vai muito além da produção de alimentos. Segundo Ploeg (2014), a família controla os principais recursos da propriedade (a terra, os animais, os cultivos, o material genético, as construções, a maquinaria e o conhecimento de como combinar e utilizar estes recursos) e a agricultura

familiar cria práticas agrícolas produtivas, sustentáveis, receptivas, flexíveis, inovadoras e dinâmicas, podendo contribuir para a segurança e a soberania alimentar.

O reconhecimento da agricultura familiar como uma forma social de trabalho e de produção, organizada social, econômica, produtiva e ambientalmente sob a égide da diversidade territorial e de seus múltiplos mecanismos de perpetuação é traduzi-la como uma estratégia de desenvolvimento regional [(GAZOLLA, SCHNEIDER E CONTERATO, 2007); (CONTERATO, SCHNEIDER E WAQUIL, 2009)].

Sendo assim, a Microrregião de Santa Cruz do Sul¹² apresenta uma delimitação proposta pelo IBGE, e uma forte presença da agricultura familiar. A região do COREDE Vale do Caí¹³ diz respeito a uma regionalização para planejamento e para execução de políticas de desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul. Essa região também é marcada pela grande presença da agricultura familiar. A Microrregião em estudo está situada na porção Centro Oriental do estado do Rio Grande do Sul, e a região do COREDE Caí, na porção Nordeste do estado, conforme Mapa 1.

Segundo IBGE, em 2010, a Microrregião tinha uma população de 320.312 habitantes, onde 36,81% residiam em área rural, formada por 16 municípios, na maioria, com características predominantemente rurais, onde a principal atividade é o cultivo do tabaco. Destes municípios, seis apresentavam uma população rural acima de 85% e três municípios uma população urbana acima de 60%. O município sede, que dá nome à Microrregião, tem seu desenvolvimento atrelado ao processamento do tabaco para exportação e a fabricação de cigarros, e em 2010 tinha uma taxa de urbanização de aproximadamente 90% com mais de 105 mil pessoas residindo no meio urbano.

O tabaco é cultivado na Microrregião desde o início da colonização germânica, a partir de 1849, sendo que inicialmente a produção atendia ao mercado interno e, com a industrialização e o crescimento das exportações, no século XX, a Microrregião tornou-se sede de empresas multinacionais de processamento de tabaco. Há registros de quarenta empresas de compra e processamento de tabaco (STIFA, 2015), bem como uma fábrica de cigarros. Essas empresas recebem 80% do tabaco em folha cultivado no país (SILVEIRA,

¹² A Microrregião de Santa Cruz do Sul corresponde a uma divisão regional estabelecida pelo IBGE e inclui os municípios de Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

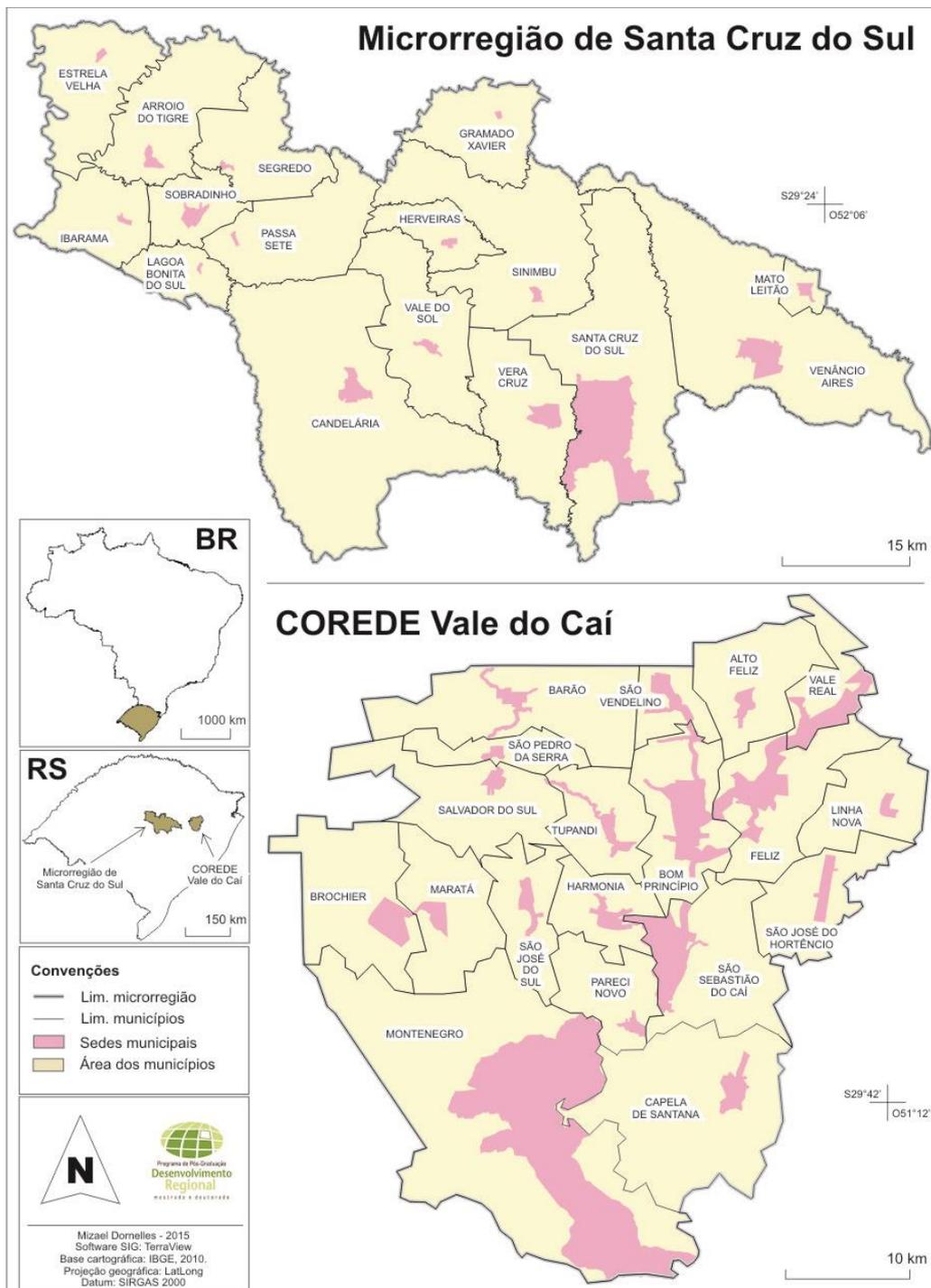
¹³ Os municípios que fazem parte desta região são: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Marata, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real.

DORNELLES e FERRARI, 2012, não paginado). Lembramos que o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco do mundo, destacando-se na quantidade, qualidade e rendimento da produção (SILVEIRA, 2011). Em 2014, o tabaco representou 1,11% do total das exportações nacionais, com U\$ 2,5 bilhões embarcados, de uma produção de 735 mil toneladas, sendo que dessa, 85% foi destinada ao exterior (SINDITABACO, 2015). O tabaco ocupa, direta e indiretamente, 2,5 milhões de trabalhadores urbanos (indústria e comércio e serviços) e rurais (na lavoura) no país, sendo que na lavoura, no Sul do Brasil, onde se concentra a produção, o número chega a 162.410 famílias (CARVALHO *et al.*, 2014).

A população total dos 19 municípios que formam a região do COREDE Vale do Caí, em 2010, foi de 169.580 habitantes. A população rural no período foi de 26,35%. No entanto cabe destacar que a população urbana concentrava-se consideravelmente em quatro municípios, com 71,94% da população urbana da região e 11 municípios apresentavam uma população inferior a cinco mil habitantes (IBGE, 2010). A região tem na citricultura a principal característica produtiva. A cultura foi introduzida, num primeiro momento, na região por imigrantes açorianos no final do século XVIII e teve continuidade com os imigrantes germânicos e italianos. O perfil econômico da região, por um lado acentuadamente agropecuário, e, por outro, com muitas indústrias, várias delas integrantes de complexos agroindustriais. As indústrias da região são ligadas tanto à produção agropecuária de aves, de frutas e de laticínios, como as indústrias de calçados, de cerâmicas, madeira, moveleira, têxtil, vestuário, metal-mecânica e uma montadora de tratores (BERTAZZO, 2009). Os investimentos mais recentes com a produção do citros relacionam-se as tecnologias de processamento das frutas em agroindústrias locais (visando o mercado externo) e na incorporação de técnicas que visam a diminuição ou exclusão total do uso de agrotóxicos.

A Microrregião de Santa Cruz do Sul apresenta uma área territorial de 5.560,8 km² (556.080 hectares), da qual 419.114 hectares correspondem à área dos estabelecimentos agropecuários e 27.081 a quantidade de estabelecimento. A região do COREDE Vale do Caí tem área total de 1.854,4 km² (185.440 hectares). A área dos estabelecimentos agropecuários era de 121.589 hectares distribuídos em 10.341 unidades (IBGE, 2006). De acordo com a base cartográfica de 2010 do IBGE, da área territorial total das regiões, 7,4% são relativas à área demarcadas como perímetros urbanos, 4,7% na Microrregião de Santa Cruz do Sul e 15,5% na região COREDE Vale do Caí.

Mapa 1. Microrregião de Santa Cruz do Sul e região do COREDE Vale do Caí



Fonte: Elaborado por Mizael Dornelles.

Podemos ainda destacar o predomínio da agricultura familiar nas duas regiões, quando o Censo Agropecuário de 2006 mostra que a agricultura familiar correspondia a

94,58% dos estabelecimentos agropecuários nas duas regiões. Na Microrregião de Santa Cruz do Sul foi de 95,91% e na região COREDE Vale do Caí 91,06%. Além do maior número de unidades de produção a área ocupada com a agricultura familiar também foi maior nestas regiões, 83,63% na primeira e 76,18% na segunda região.

4. TICs e agricultura familiar nas regiões investigadas

A sociedade contemporânea vive uma relação estreita com as tecnologias de informação e de comunicação, dada à centralidade que ganharam no mundo globalizado, com de mútua influência entre desenvolvimento tecnológico e globalização. As TICs viabilizam a interconexão planetária e com isso a expansão do capitalismo global. Esse, por sua vez, contribui para a difusão destas tecnologias, necessárias não só à sociabilidade, acesso à informação e ao conhecimento, como aos próprios regimes de produção do capital.

No entanto, tecnologia é mais do que seu caráter instrumental. Martín-Barbero (2009, p. 148) chama a atenção para a polissemia do termo: “Quando dizemos ‘tecnologia’, o que estamos nomeando não é somente uma coisa mas um ‘âmbito’ extremamente potente, tanto de linguagens como de ações, tanto de dinâmicas sociais, políticas e culturais, quanto de interrogações sobre o que significa ‘o social’ hoje.” O desafio tecnológico não tem origem na tecnologia em si mesma, mas nos hábitos, nos usos, nos novos rituais e mitos que elas geram (COULDRY, 2009, 2010).

Desta forma, espaços como o lar são privilegiados para estudo, pois nele se estabelece “*uma mediación fundamental de carácter práctico, afectivo y simbólico em la apropiación de Internet e del teléfono celular. O hogar constituye um entramado de rutinas domésticas y conexiones mediáticas, de vínculos familiares y redes virtuales de cierres y aperturas online off line (...)*” (WINOCUR, 2011, p. 8). Especialmente na realidade rural, em que espaço de trabalho e de vida é o mesmo.

Ambas as pesquisas – localizadas na Microrregião de Santa Cruz do Sul e na região do COREDE do Vale do Caí – compreendem que os **usos** das TICs referem-se à utilização dessas tecnologias, tais como o celular, o computador, a internet na vida cotidiana para comunicação e troca de informações, já as **apropriações** constituem-se em maior domínio dessas tecnologias, ou seja, sua utilização para além da troca de informação, para a qualificação dos processos de gestão, de controle da propriedade e para ampliação da

interação com os demais agricultores e organizações vinculadas ao rural. Dessa forma, quanto maior as apropriações das TICs, maior a inclusão digital do meio rural.

Portanto, a pesquisa desenvolvida na Microrregião de Santa Cruz do Sul explora especialmente os **usos** das TICs na vida cotidiana das famílias produtoras de tabaco da agricultura familiar, observando as práticas orientadas pela mídia. Analisa as relações que os sujeitos sociais estabelecem com as mídias, tanto com a tradicional – jornal e revistas, rádio e televisão -, quanto com a nova mídia – telefone celular e computador -, e atenta para a refuncionalização simbólica dada pelos sujeitos no cotidiano (WINOCUR, 2011). Leva em conta as condições práticas de vida e de trabalho do grupo social em estudo, em que a força do espaço de vida (rural) e de trabalho (a produção de tabaco) são elementos fortes inclusive na relação com as tecnologias. Portanto, é feito um olhar para a cultura na relação com os meios de comunicação, como propõe Martín-Barbero (2009). O estudo não se circunscreve à recepção ou consumo, busca observar as ocorrências a partir de uma perspectiva que ultrapassa a análise de um momento do processo comunicativo (seja produção, texto, recepção/consumo), atentando-se para todo circuito da comunicação/da cultura.

Dados preliminares apontam para que, tanto a vida social cotidiana, quanto aspectos de caráter mais pessoal e, sobretudo, os modos de viver em família, são afetados e reorganizados pela presença dessas tecnologias. A pesquisa, ainda em andamento, realizou três incursões a campo, duas em 2014 e uma em 2015, visitando famílias em Vale do Sol, município eleito para a realização do campo da pesquisa¹⁴. A coleta de dados foi organizada

¹⁴ Para fins deste artigo, são tomados os resultados preliminares das primeiras duas visitas, de 2014, quando duas famílias foram abordadas, ainda em caráter exploratório, em duas visitas em cada uma. A primeira família (que será chamada de Família A) é composta por três membros: pai (30 anos), mãe (30 anos) e filho (8 anos). A escolaridade do pai e da mãe é ensino fundamental incompleto e o filho está no ensino fundamental. A propriedade rural da família conta com 11 hectares, onde se cultivam tabaco - cerca de 90 mil pés por ano em 5 hectares -, milho, feijão, batata, batata doce, aipim, abóbora e verduras em geral, além de criarem porcos e galinhas. A casa é composta de sala e cozinha integradas, dois quartos e um banheiro. Além da casa, a propriedade tem uma estufa para secar o tabaco e um galpão para armazenagem de produtos e utensílios. A família também possui um automóvel e um trator.

A segunda, a Família B, é composta por quatro membros: pai (39 anos), mãe (37 anos), filho (20 anos) e filha (11 anos). Os pais têm ensino fundamental incompleto, a filha está no ensino fundamental e o filho tem ensino médio com curso de técnico agrícola completo. A propriedade da família tem 22 hectares, em que são produzidos 50 mil pés de tabaco por ano em 3 hectares, leite, frutas, mel, feijão, batata, batata doce, mandioca, verduras e pequena criação de gado, porcos e galinhas. Para a família A, a produção de tabaco é a maior fonte de renda da propriedade. Já para a família B, a produção leiteira disputa com o tabaco este posto¹⁴. A casa tem sala, cozinha, três quartos, dois banheiros, área de serviço. A propriedade tem uma estufa para o tabaco, galpão para

em dois momentos. Um primeiro composto de uma conversa inicial entre os pesquisadores e os componentes das famílias, seguida da aplicação de um formulário de caráter sociocultural, buscando dados objetivos sobre as condições socioeconômicas do grupo e o consumo cultural, tanto da mídia quanto de outras expressões culturais. Lopes, Borelli e Resende (2002, p. 55), entendem que o questionário visa “reconstruir o mapa do consumo doméstico por meio de um conjunto de indicadores empíricos”. Registros fotográficos das famílias foram feitos, assim como a elaboração posterior à visita de diários de campo. Num segundo momento, retornou-se às famílias para a realização de entrevistas individuais, a partir de um roteiro semiestruturado, com o qual foram abordados aspectos relacionados às práticas atuais e passadas de consumo das tecnologias da comunicação, técnica recomendada por Duarte (2004) quando se quer mapear práticas, valores, sistemas classificatórios de universos sociais específicos. Foram considerados os eixos tempo e espaço, explorando-se o como, quando e com que finalidade os sujeitos usavam cada uma das tecnologias da comunicação presentes no lar, investigando qual o meio de comunicação da preferência do entrevistado. Ainda, com os adultos, sendo explorada a relação das tecnologias com o mundo do trabalho.

As duas famílias visitadas têm em comum a condição de agricultores familiares e de descendentes de agricultores familiares, de produtores de tabaco, de terem nascido (assim como seus ancestrais diretos) em Vale do Sol, de terem ascendência germânica, de terem morado durante toda vida ou a maior parte no campo, de terem duas gerações no lar e de terem tanto as tradicionais, como as novas mídias no lar. Ainda, o grau de escolaridade dos pais é o mesmo, assim como ambas têm filhos crianças na escola. Boa parte dessas características compunha o perfil buscado pela pesquisa.

As duas famílias distinguem-se na quantidade de membros, na área da propriedade, bem como na produção. A Família B tem dois filhos, é formada há pouco mais de duas décadas, é mais capitalizada em relação à primeira, tem maior diversificação produtiva e um membro adulto a mais, o que significa um trabalhador a mais, inclusive com formação em técnico agrícola.

Com relação à presença das tecnologias de comunicação, ambas as famílias têm rádio, televisão, jornal, computador, internet, celular e telefonia fixa. A Família B tem acesso a uma revista. O rádio é o meio de presença mais antiga, chegou ainda com o casamento

armazenagem de utensílios e produtos agrícolas, curral e espaço para ordenha gado leiteiro. E a posse de um automóvel, uma motocicleta e um trator.

em ambas famílias. A televisão chegou ainda no casamento para a Família A e logo após, para a Família B. Jornal, revista, telefonia fixa e telefonia móvel são relativamente recentes, da última década. A internet é presença nos lares há cerca de dois.

Em termos de equipamentos, a Família A tem uma televisão (de tubo) captada por antena parabólica (disposta na sala/cozinha), um computador de mesa com internet (sala/cozinha), três aparelhos de telefone celular, três rádios (um portátil na sala/cozinha, um no trator e um no carro de passeio), um aparelho de telefone fixo (na sala/cozinha) e um jornal semanal microrregional. A Família B tem uma *smart tv* com internet (sala), uma televisão com antena parabólica (de tubo, na cozinha), um computador de mesa (sala), um *notebook* (móvel, usado em diversas peças da casa), um *tablet* (idem notebook), dois aparelhos de rádio (um portátil, usado na estufa, e um no carro de passeio), revista mensal e um jornal semanal microrregional. Em ambos os lares, há uma concentração de mídias no espaço da sala.

As famílias organizam seu ano e o dia de trabalho muito conforme o ciclo produtivo do que produzem, neste caso especialmente em função do tabaco, cujo pico de trabalho está entre os meses de outubro a fevereiro. Neles, as famílias são envolvidas numa jornada maior se comparada às outras atividades produtivas, incluindo no mesmo ritmo os finais de semana. Nos demais meses, outras atividades agropecuárias são realizadas, como plantio de milho, feijão, batata. No dia a dia, os informantes acordam por volta das 6 horas, tomam café, dirigem-se às suas ocupações diárias. As crianças vão à escola pela manhã durante o ano letivo. Almoçam juntos no lar e após seguem as atividades produtivas até o final da tarde. No caso das mulheres, dividem seu tempo de trabalho diário entre as tarefas domésticas e as atividades na lavoura e o trato dos animais. Aparentemente, a educação dos filhos é dividida pelo casal em ambos os casos. As duas crianças vão à escola pela manhã e, à tarde, ficam em casa. Relatam que dividem o tempo entre a TV, os jogos no computador (ou na TV, no caso da filha da Família B) ou no celular, as brincadeiras dentro e fora da casa e os deveres da escola. As crianças auxiliam em pequenas tarefas domésticas e no trato dos animais.

À noite e aos finais de semana o tempo geralmente é dedicado ao lazer. É quando as tecnologias da comunicação e informação ganham o tempo das famílias. As principais atividades de lazer são o acesso às TICs e, em menor tempo dispendido, a participação em jogos (especialmente os homens), em festas comunitárias ou familiares e a passeios na vizinhança/familiares e em outras localidades ou municípios. Há relatos sobre a carência de

opções de lazer, em especial na Família B. Foi explicitado pelos informantes a relação entre os meios de comunicação e a prática de lazer. O uso dos meios apareceu nas entrevistas dissociado das rotinas de trabalho, e predominantemente associado à busca pelo conteúdo de entretenimento (audiência de filmes, desenhos animados, telenovelas, músicas etc) e pelas relações de sociabilidade (via redes sociais), em detrimento do conteúdos voltado às atividades produtivas.

Resultados preliminares também indicaram que cada informante confere uso distinto a cada mídia, embora algumas práticas de audiência sejam compartilhadas. Essas práticas estão relacionadas com (a) as possibilidades técnicas de uso do determinado meio (como sinal do telefone etc), (b) o uso individual feito pelo informante de acordo com seus interesses ou possibilidades (apropriação individual) e (c) a relação entre os usos e as demais práticas cotidianas, incluindo o trabalho, que no caso da agricultura familiar é desenvolvido no lar e, portanto, se confunde com o 'restante' da vida social.

No caso das práticas compartilhadas, observou-se que o rádio, ao menos nas famílias em estudo, já não ocupa o lugar central que no passado ocupava no espaço rural. É pouco valorizado, sendo usado para escuta de música e de notícias locais ou regionais em situações em que as demais mídias não permitem seu uso, como durante o trabalho dentro da estufa, na direção do trator, no carro quando se deslocam, durante os trabalhos domésticos. Dentro da casa, tem sido acessado frequentemente por meio do computador e não mais no aparelho tradicional com sinal por ondas.

No caso dos jornais, a leitura se faz ao longo da semana, em distintos espaços do lar, à noite, e nos finais de semana e a preferência é por informações locais e regionais.

O sinal de televisão é captado por antena parabólica aberta em ambos os lares, tendo canais nacionais disponíveis. Os membros das famílias assistem a telejornais, telenovelas, desenhos animados e filmes. Em ambos os lares, a televisão é vista durante o dia pelas crianças e à noite pelos demais membros, mas nem sempre em conjunto, como era prática tradicional antes da entrada do computador, celular e internet. A audiência se dividiu com as novas mídias. A família B usa a *smar tv* para acesso à internet.

As novas mídias parecem estar com seus usos ainda sendo explorados e, aos poucos, adaptados à rotina familiar. O computador (e seus similares) e a internet chegaram a partir de demanda da escola dos filhos, ganharam a família e tiveram superadas as dificuldades técnicas e a barreira dos custos de implantação e manutenção, atualmente sendo acessadas por todos os membros de ambas as famílias. A internet chega por rádio.

De um modo geral, os adultos usam a internet para entretenimento (jogos, curiosidades, músicas), informação (relacionadas à atividade produtiva e outros interesses) e serviços (pagamento de contas e compras online). E as crianças usam para trabalhos escolares, audiência de desenhos animados e jogos. Embora o estudo não realizasse medições no tempo de uso, os relatos apontam para boa parte do tempo de acesso gasto nas redes sociais, com destaque ao *Facebook*. Nessa rede social, os usos destacados são para sociabilidade e entretenimento, bem como para busca de informações locais e regionais.

No caso do celular, a refuncionalização está presente. Em ambos os lares o sinal é precário, não sendo possível telefonar com os aparelhos. Assim, no cotidiano, são majoritariamente usados para a escuta de música, jogos e a produção de fotografia e vídeos, sendo que jovens e crianças das duas famílias promovem mais esses usos. O celular é usado para ligações telefônicas quando os membros das famílias se deslocam das suas propriedades. Um dado curioso é a posse individual do aparelho/mídia, o que confere certa autonomia e individualidade de uso, distinta, especialmente, das mídias tradicionais, cuja audiência era, e em parte ainda é, mais coletiva/familiar.

A pesquisa localizada na Região do COREDE Vale do Caí, por sua vez, tem resultados de um Projeto Piloto aplicado em dez (10) famílias de agricultores que produzem, notadamente, citros. A preocupação da pesquisa se dá especialmente com as **apropriações** das TICs por parte dos agricultores. Os agricultores foram selecionados de forma intencional, baseados nos critérios de acesso ao computador e à internet a partir de indicações da EMATER/ASCAR-RS e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Montenegro. Posteriormente à indicação dos agricultores participantes do projeto, foi aplicado um questionário para obtenção de informações socioeconômicas e culturais e informações sobre os usos e as apropriações das TICs. Essas informações foram trabalhadas em planilha Excel e permitiram a geração de gráficos e de tabelas que compuseram o perfil socioeconômico das famílias participantes do Piloto e a identificação do uso das TICs pelos agricultores.

Os resultados de campo na região do COREDE Vale do Caí, de acordo com as informações obtidas através do Projeto Piloto, nos permitem inferir que no que se refere ao acesso e ao uso de TICs que todos os dez entrevistados possuem celular e apenas um deles não possui nem computador em casa e nem *notebook*. Dos entrevistados, seis deles utilizam o computador e a internet diariamente. Este acesso à internet ocorre via computador em casa com banda larga (um entrevistado), por 3G (quatro entrevistados), via

rádio (quatro entrevistados). Quando conectados, cinco dos entrevistados permanecem por pelo menos uma hora, e cinco, entre uma e duas horas.

Embora o projeto Piloto não possa representar a situação da Região do Vale do Caí como um todo se torna interessante verificar que a realidade do campo está mudando e que uma nova ruralidade desponta. Todos os entrevistados acreditam que o uso do computador ajuda nas atividades do campo, sendo que sete afirmam que ajuda muito, e três acreditam que ajuda um pouco. No entanto, observou-se que embora os agricultores participantes do Piloto utilizem essas tecnologias, limitam-se a troca de informações e, quando muito, a busca por informações referentes ao tempo, reportagens sobre produção, custos, exportações, etc.

Das atividades de extensão tecnológica realizadas destacam-se: a) realização de oficina de integração e de palestra sobre a importância da educação financeira e do controle dos gastos. Nesta oficina os agricultores tiveram acesso aos computadores e as principais tecnologias de informação e de comunicação, tais como o uso da internet, *e-mail*, acesso a *sites*, comunicadores instantâneos; b) construção de planilhas eletrônicas (Excel) de forma conjunta com os agricultores para introdução de informações sobre o estabelecimento rural e assim, possibilitar o acompanhamento das principais variáveis econômicas e o andamento da propriedade, colaborando para a tomada de decisão. Nesta fase, os agricultores que apresentaram maior domínio sobre o uso de tais tecnologias colaboraram na introdução deste hábito nas famílias dos demais agricultores participantes do projeto; c) acompanhamento dos agricultores “in loco” para monitoramento e para auxílio ao processo de registro das informações realizado pelos bolsistas e integrantes do projeto; d) realização de palestras sobre perspectivas de mercado, custos de produção, gestão financeira e contábil da propriedade rural; e) coleta de material para análise de solo das propriedades rurais dos participantes.

As oficinas de integração ocorreram no período, aproximadamente, de quatro em quatro meses e o acompanhamento dos agricultores em suas propriedades ocorreu uma vez por mês, sendo que a equipe do projeto, de modo geral, se reunia de quinze em quinze dias.

No que se refere às atividades de extensão tecnológica realizadas no âmbito do Projeto Piloto verificou-se que há dificuldade de utilização de instrumentos de gestão e de controle do estabelecimento rural pela agricultura familiar, dentre eles, destacam-se: a baixa escolaridade, a baixa troca de informações entre os agricultores participantes, a

desconfiança dos agricultores em relação à equipe do Projeto e entre eles próprios, a falta de hábito de registrar as despesas e as receitas, a incompreensão da real necessidade de controle para tomada de decisão.

Portanto, as apropriações das TICs, consoantes ao significado adotado pelo Piloto, ainda apresenta-se distante da realidade. A inclusão digital na área rural é bastante precária, pois a falta de investimentos em infraestrutura causa a indisponibilidade de manutenção de sinal de rede, constituindo-se em perda de oportunidades, pois a internet é uma maneira fácil, rápida e eficaz para a busca e para troca de informações. Além disso, não se verificou a utilização das TICs para aprimoramento da gestão das propriedades.

Assim, concluiu-se que há um “gap” entre os usos e as apropriações das TICs, ou seja, os agricultores participantes do projeto têm acesso ao computador, à internet, ao celular e ao *notebook*, no entanto, ao que se refere ao registro das informações e ao controle das despesas e das receitas não há costume, nem compreensão da efetiva necessidade e da utilidade das anotações para embasar a tomada de decisão.

Além disso, de acordo com Santinha; Marques; Castro (2014), a simples oferta de infraestruturas de telecomunicações e o acesso físico às TICs não gera automaticamente a sua procura da mesma forma e com a mesma intensidade em todas as regiões e por todos os agricultores, devido, principalmente, aos aspectos culturais e sociais.

Outro aspecto a ser considerado refere-se aos processos de gestão da propriedade rural. A maioria dos *softwares* de controle da produção e de gestão rural ofertada pelo mercado não atende à demanda dos agricultores familiares, tornando-se incompatível com sua escolaridade e com as características do estabelecimento familiar. Este fato torna a gestão um grande desafio, pois não há o hábito de registro das informações, aliada a baixa escolaridade no campo, não proporciona a autonomia do processo gerencial do estabelecimento.

De acordo com o Projeto Piloto, a construção coletiva de instrumentos de gestão torna-se uma possibilidade de superação das dificuldades, entretanto, este processo na prática é bastante complexo, porque há desconfiança por parte dos agricultores, o que exige a construção de uma relação que permita a legitimidade da equipe. Tal situação não se coaduna com o tempo de realização de projetos e de programas de financiamento. O caso do Projeto Piloto de Montenegro, na região do COREDE do Vale do Caí, reforça o afirmado acima, uma vez que o Piloto durou em torno de três anos e, mesmo assim, de modo geral os agricultores participantes ainda apresentam dificuldades de registro das informações e

necessidade de assessoramento, demonstrando que a autonomia no processo gerencial é uma realidade distante para a agricultura familiar.

5. Aproximações conclusivas sobre usos e apropriações

O acesso a bens simbólicos e, por meio deles, à informação e ao conhecimento, se não garante, carrega o potencial da inclusão dos grupos sociais, seja no sistema produtivo ou na vida social de um modo geral. No espaço rural, historicamente menos privilegiado em relação ao urbano quanto à presença das tecnologias de informação e de comunicação, tem vivido nos últimos anos a chegada da nova mídia. No entanto, o acesso a essas tecnologias não ocorre de maneira uniforme, oscilando conforme a presença de maior ou menor infraestrutura e as possibilidades financeiras de acesso à tecnologia dos usuários. Além disso, há as competências cognitivas exigidas pelas TICs, que deixam as populações com menor capital cultural em situação de desvantagem especialmente nas apropriações dessas tecnologias, como procurou compreender este artigo. Reis (2004, p. 256) nos chama a atenção para as limitações que a situação impõe, lembrando que “a democratização do acesso aos bens simbólicos na América Latina acompanha a perversidade do modelo econômico, excluindo uma parte considerável da sua população não só do acesso às tecnologias como, sobretudo, da aquisição de competências para acessá-las”. Ainda para autora, “as competências cognitivas, tecnológicas e de interação intercultural, por exemplo, o domínio do inglês, estão restritas a uma pequena parcela da população global”.

Conforme visto em resultados preliminares das duas pesquisas, tem prevalecido os usos das TICs para atividades de lazer. Infere-se aqui que a causa está na pouca oferta de lazer no espaço rural, associada ao tipo de conteúdo ofertado pela mídia tradicional (com destaque para televisão) que pode ter criado uma cultura de uso relacionando mídia ao lazer e ao entretenimento. Ainda, as causas estariam relacionadas ao apontado no parágrafo anterior, o que dificulta o uso das TICs para fins profissionais. Com baixa escolaridade (caso dos adultos da pesquisa da Microrregião de Santa Cruz do Sul), pouca ou nenhuma capacitação formal para o uso e apropriação das TICs, acesso recente à nova mídia, as populações rurais têm resistido ao uso dessas tecnologias para o incremento de suas atividades produtivas, bem como ao seu desenvolvimento profissional e pessoal no sentido mais amplo.

Para os sujeitos estudados em ambas as pesquisas aproximadas neste texto, as TICs se tornaram majoritariamente instrumentos de entretenimento e de sociabilidade (usos



das redes sociais). Obviamente há um componente extremamente positivo aí, as TICs têm permitido o rompimento das barreiras do espaço, propiciado a aproximação entre os que estão fisicamente distantes, o que é caro na realidade rural, permitido um tipo de vivência num espaço cada vez mais rarefeito em termos populacionais. Ainda, numa aparente contradição, a nova mídia tem permitido acesso a informações locais e regionais, ocupando a falha das mídias tradicionais que não atendem adequadamente as populações dos municípios pequenos e neles dos moradores do rural.

Por fim, de forma geral, é possível afirmar que os agricultores familiares, embora façam uso das TICs, no tocante às apropriações dessas, principalmente referente aos processos de gestão ainda têm muitos desafios a serem superados.

Referências

BARCELOS, Luana; SILVA, Grébori Anderson; RITT, Douglas; LUBACZWSKI, Angélica; DEPONTI, Cidonea Machado. *Agricultura Familiar e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): Projeto Piloto Vale Do Caí*. Revista Jovens pesquisadores, v. 4, n. 1. Santa Cruz do Sul: UNISC, p. 106-117. 2014.

BERTAZZO, Cláudio José. *A agricultura de base ecológica no COREDE vale do Caí (RS)*. 2009. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009%20bertazzo_cj_dr_prud.pdf>.

BERWANGER, Liese. *Souza Cruz entrega notebooks a produtores*. Folha de Candelária, Candelária, 4 nov. 2011. Disponível em: <http://www.folhadecandelaria.com.br/?8357>. Acesso em: 7 nov. 2012.

BORDENAVE, Juan Díaz. *O que é Comunicação Rural*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Cleonice de et al.(2014). *Anuário brasileiro do tabaco 2014*, Editora Gazeta Santa Cruz do Sul. Disponível em:
<http://www.grupogaz.com.br/tratadas/eo_edicao/25/2014/12/20141205_748fbb8d5/flip/#48>
. Acesso em: 8 fev. 2015.

CONTERATO, M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CONTERATO, M; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2010, p. 149-186.



COULDRY, Nick. *Why voice matters. Culture and politics after neoliberalism*. Londres: Sage, 2010.

COULDRY, Nick. *My media studies: thoughts from Nick Couldry. Television & New Media*, v.10, n.1, p. 40-42, 2009.

DEPONTI, Cidonea Machado. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. In *Redes, Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24. 2014.

DEPONTI, Cidonea Machado. Contribuições teóricas brasileiras ao debate da agricultura familiar. In: *Gedecon, Revista Gestão e Desenvolvimento em contexto*, Cruz Alta: Unicruz, v. 2, n 1, (jan/jun), p. 82-102. 2008.

DUARTE, Rosália (2004). “Entrevistas em pesquisas qualitativas”. In *Revista Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994;

IBGE Censo demográfico 2010.

IBGE. Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar Primeiros resulta. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção e teleficcionalidade*, São Paulo, Summus, 2002.



MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Uma aventura epistemológica – Entrevista”. Em *Matrizes*, vol. 2, n. 2, p. 143-162, 2009.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez., 1995

ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PLOEG, J.D. Diez cualidades de la agricultura familiar. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/latin-america/agricultura-familiar-campesina/diez-cualidades-de-la-agricultura-familiar#.UuUwcJwo1EM.email>. Acesso em 06/05/2014.

REIS, Híliana. Globalização, comunicação intercultural e mediações tecnológicas *Comunicação e Informação*, V 7, nº 2: pág 254 - 263. — jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/viewFile/24451/14111>. Acesso em: 7 jun 2015.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. *Tese de doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 470 p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, V. 18, nº 51, p.99-123, 2003.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. *A comunicação rural na perspectiva extensionista: crítica epistemológica - possibilidades metodológicas* (dissertação). Santa Maria: UFSM, 1991.

SILVEIRA, R. L. L. *et al. Rede agroindustrial do fumo e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil*. [relatório de pesquisa]. Santa Cruz do Sul, RS. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S (2012). Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. In *Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias*



Sociales, Barcelona, v. 17, n. 987. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-987.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SINDITABACO. *Brasil é líder mundial em exportação de tabaco*, 2015. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/exportacoes>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

STIFA, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fumo e de Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região. Disponível em: http://www.stifa.org.br/industrias_do_tabaco . Acesso em: 8 jun. 2015.

TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 1999, p. p. 107-148.

SANTINHA, G.; MARQUES, J.; CASTRO, E. A. *TIC e Desenvolvimento Regional: a necessidade de repensar a organização econômica e social do território no contexto da sociedade da informação e do conhecimento*. p. 77-99. Disponível em: http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER11/art04_rper11.pdf>. Acesso em: 09 maio 2014.

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Rio de Janeiro, In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2003, nº 21, [p. 42-62]

WANDERLEY, M. N. B. *A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. In *Revista da ABRA*, nº 2/3, V. 25, mai-dez, 1995

WINOCUR, Rosalía. *El hogar como um lugar sócio antropológico para compreender la relación cotidiana com las TIC*. *Mediálogos*, vol. 1, Montevideo (Uruguay), p, 8-19, 2011.